

# Detalhe de Oferta de Emprego

<b>Código da Oferta:</b>	OE202506/0658
<b>Tipo Oferta:</b>	Procedimento Concursal para Cargos de Direção
<b>Estado:</b>	Ativa
<b>Nível Orgânico:</b>	Câmaras Municipais
<b>Organismo</b>	Câmara Municipal de Oeiras
<b>Regime:</b>	Cargos não inseridos em carreiras
<b>Cargo:</b>	Direcção Intermédia de 3º grau
<b>Área de Actuação:</b>	Nos termos do artigo 91.º do Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2º Série, n.º 221 (Regulamento n.º 1304/2024, de 14 de novembro), a Unidade de Inovação e Projetos Especiais, designada abreviadamente por UIPE, encontra-se integrada na Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa (DDPE), com as competências discriminadas nesta mesma disposição
<b>Remuneração:</b>	2622,59
<b>Suplemento Mensal:</b>	0.00 EUR
<b>Conteúdo Funcional:</b>	Nos termos do artigo 91.º do Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, 2º Série, n.º 221 (Regulamento n.º 1304/2024, de 14 de novembro), a Unidade de Inovação e Projetos Especiais, designada abreviadamente por UIPE, encontra-se integrada na Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa (DDPE) e compete-lhe as seguintes funções:  a) Apoiar experiências educativas inovadoras, quer da iniciativa das escolas, quer de outras instituições, contribuindo para o seu alargamento; b) Promover a expansão da educação artística e do desporto nas escolas; c) Dinamizar a relação dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas com a rede de bibliotecas municipais e com outros equipamentos culturais do concelho, em articulação com o DACTPH; d) Desenvolver e apoiar projetos que visem a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, em estreita colaboração com os agrupamentos de escolas e escola não agrupada.
<b>Habilitação Literária:</b>	Licenciatura
<b>Descrição da Habilitação:</b>	N/Aplicável
<b>Perfil:</b>	Trabalhador em funções públicas contratado ou designado por tempo indeterminado, licenciado, dotado de competências técnicas e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúna quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categoria para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, 15 de janeiro, na sua redacção atual, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redacção atual.  Competências Orientação para os resultados; Planeamento e organização; Liderança e gestão das pessoas; otimização de recursos; Decisão; Desenvolvimento e motivação dos colaboradores; Orientação para a inovação e mudança; Tolerância à pressão e contrariedades, Visão estratégica, Negociação e persuasão.
<b>Métodos de Selecção a Utilizar:</b>	Avaliação Curricular e Entrevista Pública
<b>Composição do Júri:</b>	Presidente Dra. Maria Paula Pereira Rodrigues, Diretora do Departamento de Educação do Município de Oeiras;  Vogais Efetivos 1.º Vogal Efetivo: Dra. Ivone Raquel Mouta Afonso, Chefe da Divisão de Coesão Social do Município de Oeiras;  2.º Vogal Efetivo: Doutor Pedro Pinto Figueiredo, Diretor Pedagógico na Escola de Música Nossa Senhora do Cabo;  Vogal Suplente: Dra. Irene Maria Penascais Vicente, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Educativos e Administração Escolar do Município de Oeiras;

## Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Oeiras	1	Largo Marquês de Pombal	Oeiras	2784501 OEIRAS	Lisboa	Oeiras

**Total Postos de Trabalho:** 1

**Requisitos Legais de Provisamento:** B - Os constantes no artigo 12º da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto.

**Requisitos de Nacionalidade:** Sim

**Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:** DR - 2.º Série, n.º 119, de 24 de junho - Aviso (extrato) n.º15538/2025/2 e jornal "Diário de Notícias"

## Apresentação de Candidaturas

**Local:** A candidatura deve ser remetida para o email: [dgp-recrutamento@oeiras.pt](mailto:dgp-recrutamento@oeiras.pt)

**Formalização da Candidatura:** Os candidatos deverão entregar, juntamente com o requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, sob pena da candidatura não ser considerada, os seguintes documentos:

- a) Curriculum vitae detalhado, do qual conste, designadamente a identificação completa, as habilitações literárias e profissionais, com indicação das funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos períodos de duração e atividades relevantes, a formação profissional detida, com indicação das ações de formação finalizadas, entidades que as promoveram, duração e datas de realização, juntando fotocópias dos respetivos certificados, sob pena das mesmas não serem consideradas, bem como qualquer outro elemento que considere relevante para a apreciação curricular;
- b) Fotocópia dos certificados de habilitações académicas. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, deverão apresentar, em simultâneo documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa (quando aplicável), sob pena de exclusão;
- c) Fotocópia dos certificados de formação profissional relativos às ações de formação frequentadas e mencionadas no Curriculum vitae, sob pena de exclusão;
- d) Declaração devidamente autenticada e atualizada (reportada ao prazo estabelecido para apresentação de candidaturas) emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato se encontra vinculado, onde conste inequivocamente a natureza do vínculo à Administração Pública, a antiguidade na carreira e/ou categoria, e ainda, o conteúdo funcional com especificações das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto que ocupa;
- e) Outros considerados pertinentes pelos candidatos.

**Contacto:** 214408741

**Data de Publicação** 2025-06-24

**Data Limite:** 2025-07-08

**Observações Gerais:** As notificações serão feitas através de correio eletrónico. O procedimento concursal é urgente, não havendo lugar a audiência dos interessados nem efeitos suspensivos de recurso administrativo do despacho de designação, ou de outro ato praticado no decurso do procedimento, em conformidade com o n.º 12, n.º 13 e n.º 14 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.